

APRESENTAÇÃO

É com grande alegria que apresento o volume 74 da Revista da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro. Trata-se de trabalho que mantém a tradição acadêmica da Procuradoria Geral do Estado, revelando, ainda, a excelência da atuação do seu corpo de advogados públicos na defesa judicial dos interesses da população fluminense, bem como no exercício da função consultiva em questões de maior complexidade, sobretudo em contexto de grave crise econômica, fiscal e de segurança que assola o país, com impactos significativos no Estado do Rio de Janeiro.

Importante registrar que no período alcançado pelo volume 74, o Estado do Rio de Janeiro, ainda sob os efeitos de um Plano de Recuperação Fiscal, foi objeto de intervenção federal na segurança pública, circunstância que elevou ainda mais os desafios da Procuradoria Geral do Estado, que manteve atuação irretocável na defesa do interesse público, sempre dialogando com as instituições estaduais e federais envolvidas.

Não poderia deixar de expor a honra em assumir o Gabinete da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro no ano de 2018, período de muito aprendizado, sobretudo pela constante troca de experiências com corpo altamente qualificado de Procuradores e servidores do quadro de apoio. Deixo aqui meu agradecimento por todo o suporte recebido, mas principalmente por ter identificado em todos um elevado espírito público. A verdade é que aos 36 anos, com apenas 12 anos de Procuradoria Geral, pude desfrutar de um desafio profissional inigualável e que sempre encherá o meu coração de orgulho.

Especialmente, em relação à Revista da Procuradoria Geral do Estado, gostaria de destacar a atuação do seu Conselho Editorial, conduzido em 2018 pelo querido e brilhante Letácio Jansen. As reuniões do Conselho ficarão eternamente na memória, não só como momentos de “fuga” das dificuldades diárias do cargo, mas principalmente pela convivência com gigantes da casa, dentre os quais destaco o incansável Hugo Maurício Sigelmann.

Registro, com pesar, o falecimento do grande Ricardo Lobo Torres, um dos maiores nomes da Procuradoria Geral do Estado e do Direito Público brasileiro. Não há dúvidas de que o professor Ricardo Lobo Torres permanecerá como eterna fonte de inspiração para todos nós.

O volume 74 traz relevantes contribuições acadêmicas: Alexandre Santos de Aragão, Considerações sobre as Relações do Estado e do Direito na Economia; Guilherme Salgueiro Pacheco de Aguiar, Lei nº 13.655/18: Análise dos Arts. 20 a 30 da LINDB e Primeiras Impressões de sua Utilização na Conformação das Atuações dos Diferentes Órgãos de Controle; Gustavo do Amaral Martins, O Prazo Decadencial nos Lançamentos Tributários Vinculados à Glosa de Créditos; João Paulo Melo do Nascimento, O Ativismo Judicial no Sistema Tributário Nacional; José Marcos Domingues, Controle Judicial do Orçamento em Evolução no Brasil; Leonardo David Quintanilha de Oliveira, A Arbitragem em Desapropriação no Direito Brasileiro; Luís Roberto Barroso, Os Três Papéis Desempenhados pelas Supremas Cortes nas Democracias Constitucionais Contemporâneas; Maurine Morgan Pimentel Feitosa, O Princípio da Legalidade no Direito Tributário: Considerações à Luz da Jurisprudência

do STF; Pedro Paulo Cristóforo e Daniel Bento, Arbitrabilidade Objetiva nos Contratos de Concessão e o Decreto Nº 10.025/2019; Vanessa Huckleberry Portella Siqueira, O Mecanismo de Desvinculação de Receitas e a Quebra da Referibilidade em Matéria de Taxas; Victor Aguiar de Carvalho, Promovendo e Protegendo a Concorrência nos Mercados de Interesse da Administração por meio da Função Regulatória da Licitação; Anelise Roque do Nascimento, Assédio e Violência no Transporte Público e o Vagão Feminino: Análise da Política Pública de Segregação sob uma Perspectiva de Gênero; João Sérgio dos Santos Soares Pereira, Doação de Sangue por “Homens que Fazem Sexo com Homens” (HSHS): Entre a Proibição Discriminatória para o Suposto Grupo de Risco e a Necessidade de Proteção da Saúde Pública por Meio da Enumeração de Condutas de Risco, uma Análise do Julgamento Proferido na ADI 5543 do Supremo Tribunal Federal; Fabiana Moraes Braga Machado, Arbitragem e Administração Pública: O Contributo de Jack Garvey à Discussão Nacional; Jack I. Garvey, Arbitration Involving Governmental Entities e Leonardo Mattietto, Os Princípios na Jurisprudência Brasileira: Um Ensaio Crítico a partir do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana (os três últimos retirados da seção “Anais do Congresso”).

O leitor certamente tem em mãos obra coletiva de inquestionável qualidade. Os temas tratados são extremamente relevantes e certamente elevarão a qualidade do debate jurídico nacional.

Aproveitem!

RODRIGO CRELIER ZAMBÃO DA SILVA

Procurador-Geral do Estado